

Diário do Acionista

ANO VI • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Quarta-feira, 19 de janeiro de 2022 • Nº 1235 • R\$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

LUTA POR RAJUSTE

Servidores ameaçam parar em fevereiro

Após entregas de cargos e redução no ritmo de atividades, servidores públicos federais foram às ruas na tentativa de elevar a pressão sobre o governo e conseguir abrir as negociações por reajustes salariais. Diante do silêncio do governo Jair Bolsonaro (PL) perante os atos, algumas

categorias já planejam deflagrar greve na segunda quinzena de fevereiro. As manifestações em Brasília ocorreram ontem em frente às sedes do Banco Central e do Ministério da Economia. A mobilização teve baixa adesão em outros estados, como nos atos do Rio de Janeiro e de

Recife. A adesão contida já era esperada pelos sindicatos, devido ao aumento da taxa de transmissão de Covid-19 no Distrito Federal e às férias de muitos servidores. Mesmo assim, alimentou críticas dos poucos governistas que comentaram a mobilização. **PÁGINA 3**

2021

Inflação afeta mais classe média e alivia alta renda

A inflação para famílias com renda mensal de até R\$ 8.957 superou os 10,06% registrados pelo IPCA (índice de preços ao consumidor) apurado em 2021. Já aquelas com renda acima desse patamar tiveram uma inflação abaixo de 10%. De acordo com o Indicador Ipea de Inflação por Faixa de Renda, a inflação chegou a 10,4% para as famílias de renda média-baixa (R\$ 2.702,88 a R\$ 4.506,46) e 10,26% naquelas classificadas como renda média (R\$ 4.506,47 a R\$ 8.956,26). Para a renda muito baixa e baixa (abaixo de R\$ 2.702,88), o indicador ficou em 10,10% e 10,08%, respectivamente. Nas faixas de renda média-alta e alta (acima de R\$ 8.956,26), a inflação ficou em 9,66% e 9,54% no acumulado do ano, segundo o Ipea. **PÁGINA 2**

VARIANTE ÔMICRON

Em 2022, Rio chega a 1/4 dos casos de Covid de 2021

O número de casos de Covid-19 confirmados no município do Rio de Janeiro nos primeiros 18 dias de 2022 já corresponde a mais de um quarto de todos os casos que foram confirmados na cidade em 2021, segundo dados do painel mantido pela Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro (SMS). Na atualização de ontem do painel, a secretaria informou que foram confirmados 76.466 casos de Covid-19 em 2022, o que representa cerca de 26% dos 285.916 casos que o município registrou no ano passado e mais de um terço dos 217.833 casos confirmados em 2020. Ainda que o número de casos esteja crescendo rapidamente, o Rio registrou desde 1º de janeiro 36 óbitos por Covid-19. **PÁGINA 6**

CNC

Brasil encerra 2021 com recorde de endividados



CNC

O nível de endividamento médio das famílias brasileiras em 2021 foi o maior em 11 anos, segundo a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), divulgada ontem pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). De acordo com o levantamento, o último ano apresentou recorde do total de endividados, registrando uma média de 70,9% das famílias brasileiras, enquanto dezembro alcançou o patamar máximo histórico com 76,3% do total de famílias. Segundo a CNC, as famílias recorreram mais ao crédito para sustentar o consumo. Na avaliação por faixa de renda, o endividamento médio das famílias com até 10 salários mínimos mensais aumentou 4,3 pontos percentuais (p.p), chegando 72,1% do total. Na faixa de renda superior, acima de 10 salários mínimos, o indicador aumentou ainda mais, 5,8 p.p., e fechou em 66%. O presidente da CNC, José Roberto Tadros (foto), avalia que, entre as famílias com rendimentos acima de 10 salários mínimos, a demanda represada, em especial pelo consumo de serviços, fez o endividamento aumentar ainda mais expressivamente, em especial no cartão de crédito. **PÁGINA 2**

SEM TRANSPARÊNCIA



ABRASIL

Gasto de Bolsonaro com internações entra na mira do MP

O Ministério Público junto ao TCU (Tribunal de Contas da União) pediu à corte, em ofício enviado ontem, que abra uma investigação sobre os gastos ligados às internações do presidente Jair Bolsonaro (PL) (foto) para tratar dos efeitos da facada que levou em 2018. Segundo o documento, a apuração é necessária "em face da falta de transparência sobre os valores envolvidos". A base do pedido feito ao TCU é uma reportagem do jornal Folha de S.Paulo, do último dia 7, afirmando que havia conflito entre as versões sobre o assunto apresentadas pelo Planalto e pelo hospital Vila Nova Star, em São Paulo, onde Bolsonaro foi internado três vezes desde o início do governo: uma em 2019, outra em 2021 e a última em janeiro deste ano. **PÁGINA 5**

INDICADORES

IBOVESPA: 0,28% / 106.667,66 / 293,79 / Volume: 25.799.452.692 / Quantidade: 4.358.061				Bolsas no mundo		Salário mínimo	R\$ 1.212,00	IGP-M	0,87% (dez.)	EURO turismo												
Maiores Altas				Maiores Baixas		Mais Negociadas		Fechamento		Taxa Selic												
PETRORIO ON NM	23,92	+4,82	+1,10	LOCAWEB ON NM	7,67	-10,61	-0,91	PETROBRAS PN N2	31,64	+0,44	+0,14	NASDAQ Composite	14.506,896	-2,60	Ufir	R\$ 3,7053	IPCA	0,73% (dez.)	Compra: 6,3952	Venda: 6,5752		
COGNA ON ON NM	2,25	+3,69	+0,08	BANCO INTER UNT N2	20,70	-10,43	-2,41	VALE ON NM	86,31	+2,45	+2,06	Euro STOXX 50	4.264,55	-0,95	Taxa Selic	(8/12)	9,25%	0,38	até o dia 17/jan	Compra: 5,5213	+0,28%	
GERDAU PN N1	28,60	+3,40	+0,94	ALPARGATAS PN N1	28,54	-7,88	-2,44	BRADESCO PN N1	21,37	+1,81	+0,38	CAC 40	7.133,83	-0,94	Poupança 3	(19/1)	0,56%	OURO	R\$ 322,84	Compra: 5,5592	Venda: 5,5598	
BBSEGURIDADEON NM	20,31	+3,25	+0,64	BRF SA ON NM	23,32	-5,78	-1,43	ITAUUNIBANCPN N1	23,64	+0,60	+0,14	FTSE 100	7.563,55	-0,63	TR (prefixada)	(29/8/2017)	0,0098	BM&F/grama	Compra: 6,3005	Venda: 6,3011	Compra: 5,6040	Venda: 5,7840
YDUQS PART ON NM	19,63	+2,94	+0,56	GRUPO NATURAON NM	20,24	-4,66	-0,99	PETRORIO ON NM	23,92	+4,82	+1,10	DAX	15.772,56	-1,01								

SEM TRANSPARÊNCIA

MP está de olho em gastos de Bolsonaro com internações

RAFAEL NEVES/FOLHAPRESS

O Ministério Público junto ao TCU (Tribunal de Contas da União) pediu à corte, em ofício enviado ontem, que abra uma investigação sobre os gastos ligados às internações do presidente Jair Bolsonaro (PL) para tratar dos efeitos da fachada que levou em 2018. Segundo o documento, a apuração é necessária "em face da falta de transparência sobre os valores envolvidos".

A base do pedido feito ao TCU é uma reportagem do jornal Folha de S.Paulo, do último

dia 7, afirmando que havia conflito entre as versões sobre o assunto apresentadas pelo Planalto e pelo hospital Vila Nova Star, em São Paulo, onde Bolsonaro foi internado três vezes desde o início do governo: uma em 2019, outra em 2021 e a última em janeiro deste ano.

Já segundo mostrou o site UOL, o hospital e o Planalto também não esclareceram como foi pago o avião que buscou em Nassau, nas Bahamas, o médico Antônio Luiz Macedo, que acompanha o quadro do presidente e interrompeu as férias às pressas.

"A despeito da necessidade

das internações, o fato é que os gastos com a saúde do Presidente da República constituem despesas públicas e, como tal, devem primar pela transparência, o que não vem sendo observado pelos órgãos competentes", afirma o subprocurador-geral Lucas Furtado, que assina a representação ao TCU.

Segundo a reportagem da Folha de S.Paulo, que serviu de base ao documento, o governo alegou que as faturas das internações passadas de Bolsonaro ainda não haviam sido apresentadas pelo Vila Nova Star. Já o hospital afirmou, por meio de nota,

que todas as contas haviam sido "devidamente pagas pela Presidência da República, assim como ocorrerá com essa", referindo-se à internação mais recente.

Após ser novamente questionada, a Secretaria-Geral da Presidência informou que havia recebido, até aquele momento, apenas uma fatura, de R\$ 7.500, relativa à internação de julho de 2021. Outras dúvidas, no entanto, ficaram em aberto.

A reportagem pediu esclarecimentos à Presidência e ao hospital Vila Nova Star. Se houver respostas, elas serão incluídas no texto.

AMAZONAS

MPs pressionam governo a cobrar passaporte de vacina

JOANA CUNHA/FOLHAPRESS

O Ministério Público Federal recomendou na segunda-feira que o governo do Amazonas determine a exigência de comprovante de vacinação para a entrada em shoppings, salões de beleza e academias do estado.

A recomendação, que valeria para maiores de 18 anos, leva em conta o aumento no número de casos de Covid-19 nas últimas semanas, após o avanço da Ômicron - o que pode impactar nas internações hospitalares.

Há um ano, Manaus vivia um colapso do sistema de saúde, com recorde de hospitalizações e falta de oxigênio para pacientes.

O documento é assinado também pelos Ministérios Públicos do Trabalho, de Contas e do Amazonas, além das Defensorias Públicas da União e do estado.

Os órgãos afirmam que os estabelecimentos deveriam se encaixar na mesma regra de restaurantes, eventos sociais, hotéis e parques de diversões, que já devem solicitar o passaporte de vacinação dos clientes.

"A falta de exigência do comprovante de vacinação em shoppings centers, salões de beleza, barbearias, clínicas de estética, balneários, parques aquáticos, clubes recreativos, academias e similares, mormente em época de férias escolares e de grande fluxo de pessoas a estes locais, coloca em risco a vida e a segurança dos trabalhadores desses estabelecimentos, que estão continuamente expostos ao contato com os consumidores", diz o documento.

Os órgãos também querem que seja ampliada a fiscalização das medidas em vigor. O governo do Amazonas tem cinco dias para informar se vai ou não acatar à recomendação.

ATAQUE AO TSE

Bolsonaro tem até dia 28 para depor sobre vazamento de inquérito

FÁBIO ZANINI/FOLHAPRESS

O prazo dado pelo ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal), para o presidente Jair Bolsonaro (PL) prestar depoimento na investigação sobre o vazamento do inquérito do ataque hacker ao sistema do Tribunal Superior Eleitoral termina no dia 28 de janeiro. A PF intimou Bolsonaro a

depor no final de novembro no caso, que faz parte do inquérito das fake news.

Em 29 de novembro, o ministro deu prazo de 15 dias para que a oitiva fosse realizada. Quando o tempo estava para esgotar, a AGU (Advocacia-Geral da União) pediu prorrogação, e Moraes concedeu mais 45 dias de prazo. O depoimento vai ocorrer no momento em que

Bolsonaro retoma os ataques ao STF e a ministros, entre eles o próprio Moraes. Na quarta-feira passada, o presidente mirou o ministro e seu colega Luís Roberto Barroso ao afirmar em entrevista que os dois seriam ligados ao PT.

A investigação sobre o vazamento da investigação foi solicitada pelo TSE a Moraes após Bolsonaro conceder uma entre-

vista em 4 de agosto de 2021 em que se valeu do inquérito para atacar a segurança das urnas eletrônicas.

O presidente foi intimado após a PF ouvir o delegado responsável pelo inquérito, afastado por decisão de Moraes, e o deputado Filipe Barros (PSL-PR), que teve acesso ao material e participou da entrevista com Bolsonaro.

PRECONCEITO

Justiça Federal proíbe Bolsonaro de usar termo 'lepra' em declarações

O juiz Fabio Tenenblat, da 3ª Vara Federal do Rio de Janeiro, proibiu o presidente Jair Bolsonaro (PL) de usar o termo "lepra" e seus derivados. A decisão é do último sábado e vale não só para o chefe do Executivo federal, mas para todos os representantes da União.

A ordem do magistrado ocorre após ação movida pelo Morhan (Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase). A entidade foi à Justiça depois que Bolsonaro fez um discurso usando o termo "lepra".

"Vocês lembram lá, quem lê a Bíblia, já assistiu o filme daquela época, da época de Cristo,

quando ele nasceu. O grande mal daquele momento era a lepra. O leproso era isolado, distância dele. Hoje em dia temos lepra também. Continua, mas o mundo não acabou naquele momento", disse o presidente em discurso realizado em Santa Catarina.

O Morhan alegou que a expressão "lepra" tem "teor discriminatório e estigmatizante em relação às pessoas atingidas pela hanseníase e seus familiares, outrora submetidos a isolamento e internação compulsória em hospitais-colônia".

A lei 9.010 de 1995 determina que "o termo 'lepra' e seus derivados não poderão ser utiliza-

dos na linguagem empregada nos documentos oficiais da Administração centralizada e descentralizada da União e dos Estados-membro".

Na decisão, Tenenblat diz que ocorreu infringência à lei porque o termo foi utilizado por Bolsonaro em discurso realizado em cerimônia oficial da Presidência da República e registrado pela TV Brasil. "Não há dúvidas de que, ao menos para efeitos da lei nº 9.010/1995, está-se diante de documento oficial", escreveu o juiz.

O juiz também mencionou a "histórica dívida que a sociedade tem com as pessoas atingidas pela hanseníase e, mais do que

isso, os abalos psicológicos causados pelo uso de termos estigmatizantes e discriminatórios por autoridades públicas".

A sentença do magistrado deferiu parcialmente o pedido feito pelo Morhan. Apesar da proibição de uso do termo, ele resolveu não aplicar multa em caso de descumprimento da decisão.

A entidade tinha solicitado multa diária no valor de R\$ 50 mil, caso Bolsonaro ou qualquer outro representante da União voltasse a usar o termo. Tenenblat negou, "pois não há sentido em se presumir que haverá reiteração no descumprimento da legislação por parte de autoridades federais".

ELEIÇÕES 2022

Com Randolfe e Marina, Rede se divide, e ala busca aliança com Lula

JULIA CHAIB/FOLHAPRESS

Após lançar Marina Silva (Rede-AC) como candidata à Presidência da República em 2018 e amargar uma das últimas posições na disputa, a Rede está dividida em relação à eleição deste ano.

Sob resistência de Marina, uma ala da sigla defende apoiar o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva ainda no primeiro turno e procurou o PT para abrir diálogo.

Outra ala, que inclui a própria ex-candidata, discute o voto em Ciro Gomes (PDT).

Há ainda um debate para que Marina seja candidata a vice-presidente ao lado do pedetista, hipótese que enfrenta uma série de empecilhos e é rechaçada por uma parte do partido. O presidente do PDT, Carlos Lupi, tem conversado com a ex-candidata e já disse que ela seria um bom nome para o posto.

Em meio às discussões, o se-

nador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) chegou a procurar a presidente do PT, Gleisi Hoffmann (PR), para saber se o partido estaria disposto a abrir diálogo a respeito de aliança na eleição.

"Se tiver essa possibilidade, o PT quer conversar. A gente tem interesse de conversar com a Rede. Na eleição de 2020, a gente esteve junto em alguns municípios", diz Gleisi à reportagem.

O contato foi feito após o jantar do grupo de advogados Prerrogativas, em São Paulo, em dezembro passado, que reuniu Lula e Geraldo Alckmin (sem partido) e do qual o próprio Randolfe participou.

"Hoje, de fato, a Rede está dividida. Boa parte do partido defende apoio a Lula já no primeiro turno. Tem resistência, mas boa parte quer isso. Tem a sugestão de liberar o voto, tanto em Ciro como em Lula", diz o senador. O PT trabalha para formar uma federação

partidária com PSB, PC do B e PV.

Já a Rede está em tratativas avançadas para se federar ao PSOL, o que tende a acontecer. O encaminhamento, segundo Randolfe, não inviabiliza conversas com o PT sobre aliança.

O senador defende que a Rede faça a federação com o PSOL e discuta uma coligação com o PT no primeiro turno, mas sem proibir o voto em Ciro Gomes.

Dentro do próprio PT, há quem defenda construir um diálogo mais profundo com a Rede por agregar valor simbólico. Existe inclusive quem defenda que a sigla seja uma opção de filiação para Alckmin ser vice de Lula, o que tem chance remota de ocorrer e nem sequer foi discutido na Rede.

A porta-voz da Rede, a ex-senadora Heloísa Helena, diz que, diante das divergências na sigla, a tendência majoritária do partido, hoje, é liberar a militância.

"Alguns dos nossos mais que-

ridos parlamentares, como Randolfe e Túlio (Gadêlha) (PE), querem apoiar Lula. Eu e outros (queremos dar apoio) ao Ciro. Então vamos ter muita paciência revolucionária de não criarmos problemas internamente, pois a nossa unidade interna é infinitamente mais importante diante da duríssima batalha que vamos enfrentar", afirma Helena.

A porta-voz do partido diz que a sigla tem conversado com o presidente do PDT, Carlos Lupi, a respeito do programa apresentado por Ciro, mas avalia que a possibilidade de a Rede compor a chapa ao lado do pedetista, como tem sido aventado nos partidos, é "bem mais complexo".

Além da divisão no partido, integrantes da Rede apontam que um entrave para que Marina seja candidata a vice-presidente ao lado de Ciro é o fato de João Santana ser o marqueteiro do pré-candidato.

Nota

EX-MINISTROS DE BOLSONARO CRITICAM ALIANÇA DO GOVERNO COM CENTRÃO

Os ex-ministros do presidente Jair Bolsonaro (PL) Abraham Weintraub (Educação) e Ernesto Araújo (Relações Exteriores) fizeram críticas, na segunda-feira, à aliança do chefe do Executivo com partidos do centrão. Para o ex-chefe da Educação, os conservadores foram "substituídos por essa turma". O ex-chanceler, por sua vez, disse que o bloco político "começou a dominar o governo e pautar o governo". As críticas ao centrão começaram quando o líder religioso Silas Malafaia disse que os ministros Ciro Nogueira (Casa Civil), Flávia Arruda (Secretaria de Governo) e Fábio Faria (Comunicações) não fizeram esforço para aprovar do nome de André Mendonça para Supremo Tribunal Federal (STF). A indicação demorou quatro meses e meio para ser analisada pelo Senado. "Uma das frentes que a gente está sofrendo grandes ataques, os conservadores, é justamente uma turma do centrão", disse Weintraub. "Um grande obstáculo que nós conservadores estamos passando, estamos sendo atacados continuamente, e fomos substituídos por essa turma do centrão que você citou", emendou o ex-ministro. As declarações dos antigos integrantes do governo foram feitas durante live do "ConservaTalk", programa no Youtube do qual os dois fazem parte, ao lado do também ex-ministro Ricardo Salles (Meio Ambiente) e de outras personalidades do campo da direita.

